

Município do Corvo



Relatório de Contas *2017*

Índice

Relatório de Gestão	1
● Objetivos do Município	1
● Fatores Relevantes em 2017	2
a) <i>A evolução da gestão nos diferentes sectores em que o Município exerceu a atividade</i>	2
b) <i>Os fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício</i>	2
c) <i>A evolução previsível do Município</i>	3
d) <i>Proposta aplicação de resultados devidamente fundamentada</i>	3
● Análise Económica, Financeira e Orçamental	4
a) <i>Fontes de Financiamento</i>	4
b) <i>Aplicação dos Recursos Financeiros</i>	6
c) <i>Análise do Balanço</i>	9
d) <i>Análise da Demonstração de Resultados por Natureza</i>	13
e) <i>Análise da Execução Orçamental</i>	15
● Composição dos Órgãos do Município	21
a) <i>Assembleia Municipal</i>	21
b) <i>Câmara Municipal</i>	22

Município do Corvo **- Autarquia Local -**

E-mail: geral@cm-corvo.pt
Contribuinte n°512 065 837
Rua Jogo da Bola, Corvo
9980 - Corvo



Relatório de Gestão

Objetivos do Município

O Município do Corvo, enquanto Autarquia Local e portanto pessoa coletiva de direito público, de âmbito territorial, tem como objetivo e sua principal razão de ser, a satisfação das necessidades coletivas da população, salvaguardando e fazendo prevalecer o interesse público. Nesta perspetiva, e acrescentando o facto de que a autarquia em causa se insere numa envolvente única, tanto a nível de dimensão, já que nos referimos a uma ilha-concelho de 17,1 Km², com 425 habitantes, mas também a nível de localização, uma vez que, para além de se situar na ultraperiferia europeia e portuguesa, situa-se na periferia açoreana. Por tudo isto, a Câmara Municipal do Corvo representa para os seus munícipes, o único meio de contacto com a Administração Pública do Estado, e como tal a única via de exposição e resolução dos seus problemas, dificuldades e anseios. Assim sendo a Autarquia apresenta-se como principal polo aglutinador e dinamizador socioeconómico daquela localidade e ao mesmo tempo elemento chave no combate ao isolamento, sendo a trave mestra, sobre a qual assenta o desenvolvimento do concelho.

O Município do Corvo, autarquia local, é constituído por dois órgãos, sendo eles a Assembleia Municipal, órgão deliberativo, e a Câmara Municipal, órgão executivo.

Os seus objetivos advêm das funções que lhe são acometidas, no quadro legal, Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, traduzindo-se estas em duas grandes áreas, o exercício do poder de autoridade e a prestação de serviços à população em áreas não cobertas por privados.



Para cumprimento das disposições legais, vimos submeter à Assembleia Municipal o relatório de gestão e as contas respeitantes à atividade desenvolvida no exercício de 2017:

Fatores relevantes em 2017

a) A evolução da gestão nos diferentes sectores em que o Município exerceu a atividade:

O **Município do Corvo**, em 2017 atuou nas áreas em que habitualmente se desenvolve, sendo elas a manutenção e construção de bens de domínio público e o abastecimento de água.

Em termos de **investimento** realça-se os que registaram-se valorizações aos bens de investimento, como “PDM do Corvo” e “Parque Polivalente,” no valor de € 26.708.07.

No final de 2017 encontravam-se em execução vários projetos, que irão transitar na conta 44 – Imobilizado em curso.

Quanto à **estrutura organizacional**, manteve-se ao mesmo nível no ano anterior. No decorrer de 2017 a Edilidade apresentava uma estrutura de recursos humanos constituída por um total de 34 funcionários com contrato trabalho em funções públicas de tempo indeterminado. No executivo constavam 2 autarcas a tempo inteiro.

As **Políticas de Intervenção** do Município mantiveram, em continuidade com o passado, a busca do desenvolvimento para o Concelho.

A grande aposta do município para o próximo ano será a Correção e Valorização da Iluminação Urbana e Ambiental do Núcleo Antigo do Corvo, a Repavimentação das Calçadas do Núcleo Urbano Antigo da Vila.

b) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:

Não se registaram quaisquer factos relevantes.



c) A evolução previsível do Município

O ano de 2017, a nível económico o país revela sinais de recuperação sentidas igualmente no Município. Os impostos diretos e indiretos mantiveram-se ao mesmo nível do ano anterior e as receitas próprias registaram um aumento de cerca de 127% devido à arrecadação, no corrente ano, de receita do Imposto municipal sobre transmissões onerosas (IMT) no valor de € 64.430.51. O endividamento a curto prazo encontra-se com o valor de € 33.782.58, no entanto parte desse montante refere-se à dívida com o Fundo de Apoio Municipal, sendo apenas € 6.964,65 de dívida a terceiros. O município não detém quaisquer pagamentos em atraso superiores a 90 dias. O município procurou sempre cumprir com as regras orçamentais impostas pelo Estado de modo a garantir estabilidade financeira necessária para a realização dos investimentos essenciais para o desenvolvimento do concelho.

d) Proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada:

O Município apresentou um Resultado Líquido do Exercício negativo no ano de 2017 no valor de € 190.660,33. Da análise que podemos fazer face aos valores que são apresentados, podemos concluir que o Resultado líquido é degradado de 2016 para 2017 pelo facto de terem ocorrido alguns abates de imobilizado e transferências de capital, que no total somam cerca de 108.000 euros, assim como o aumento dos custos com o pessoal em cerca de 70.000 euros e das amortizações em cerca de 65.000 euros.

De referir, também, que esta degradação começou em 2016, pelo facto das amortizações terem passado de 566.466,28 euros em 2015, para 997.622,32 euros em 2016, fruto do aumento, fundamentalmente, das amortizações incorpóreas e, também, das corpóreas.

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício tenha a seguinte aplicação:

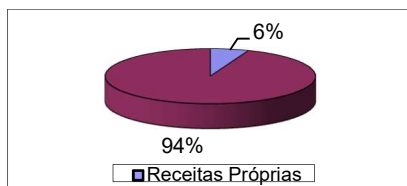
Resultados Transitados -190.660,33 euros.

Analise Económica, Financeira e Orçamental

a) Fontes de Financiamento:

As fontes de financiamento compreendem os meios financeiros que no âmbito da política económica nacional são colocados à disposição das autarquias para o exercício das suas funções.

Receitas Próprias



As receitas próprias são todos os recursos financeiros que a autarquia pode arrecadar à exceção das transferências ou dos empréstimos contraídos.

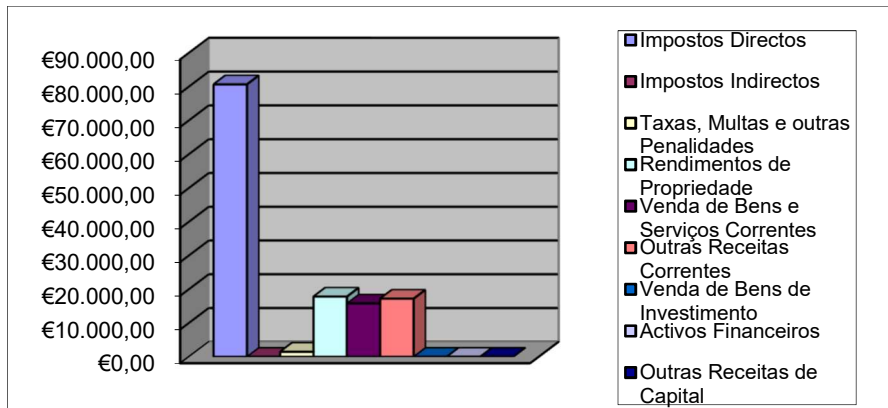
A atividade da autarquia é financiada em cerca de 6% através de receitas próprias.

As receitas próprias apresentam a seguinte importância face às receitas totais:

Receitas	Valor	%
Receitas Próprias	133 043,67 €	5,90%
Outras Receitas	2 120 946,79 €	94,10%
	2 253 990,46 €	100%

As receitas próprias do município encontram-se estruturadas da seguinte forma:

Receitas Próprias	Valor	%
Impostos Directos	80 689,72 €	61%
Impostos Indirectos	- €	0%
Taxas, Multas e outras Penalidades	1 496,49 €	1%
Rendimentos de Propriedade	17 837,17 €	13%
Venda de Bens e Serviços Correntes	15 802,94 €	12%
Outras Receitas Correntes	17 217,35 €	13%
Venda de Bens de Investimento	- €	0%
Activos Financeiros	- €	0%
Outras Receitas de Capital	- €	0%
Total	133 043,67 €	100%

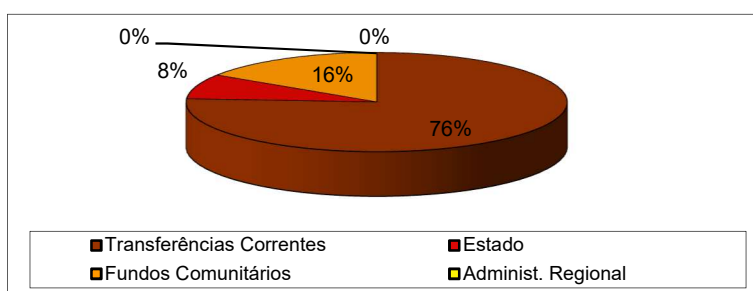


A grande fatia das receitas próprias advém dos impostos directos com 61%, rendimentos de propriedade com 13% e outras receitas correntes com 13% que provem de IVA reembolsado e indemnização recebida da apólice de seguro do edifício da padaria.

Outros Financiamentos

Para além das receitas próprias, existem ainda as transferências do Orçamento de Estado, a título de participação nos impostos do Estado, assim como o acesso aos fundos comunitários e outros.

Receitas	Valor	%
Transferências Correntes	1 419 200,46 €	76,01%
Estado	152 075,00 €	8,15%
Fundos Comunitários	295 732,00 €	15,84%
Administ. Regional	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%
	1 867 007,46 €	100%



A grande predominância do financiamento da atividade do Município advém dos fundos previstos na Lei do Orçamento do Estado (76,01%) e da Administração Regional no âmbito de Contratos de Colaboração ARAAL (12,80%).

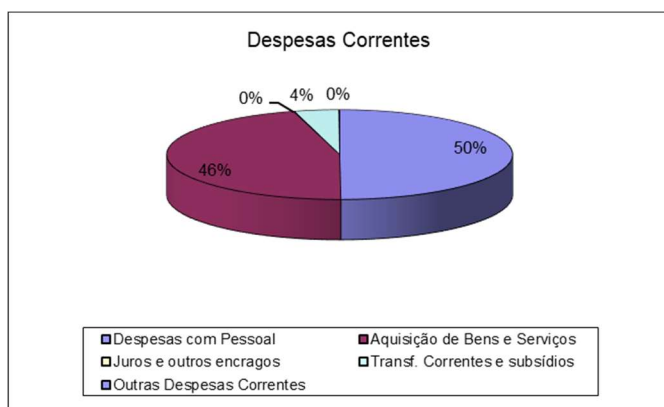
**b) Aplicação dos Recursos Financeiros:**

Abordam-se neste ponto as respetivas aplicações financeiras com despesas de funcionamento, com destaque para as despesas com pessoal, bem como as despesas com o serviço da dívida e o investimento.

Despesas de funcionamento

As despesas de funcionamento coincidem, de um modo geral, com as despesas correntes e consistem basicamente nos custos com o património não duradouro do Município.

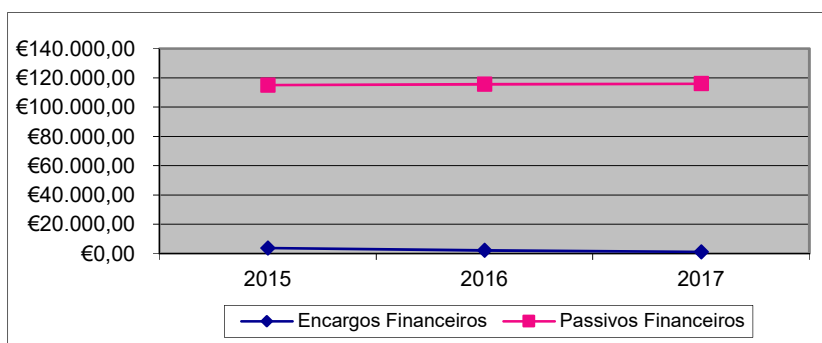
Despesas	Valor	%
Despesas com Pessoal	557.521,48 €	49,88%
Aquisição de Bens e Serviços	511.908,43 €	45,80%
Juros e outros encargos	1.076,98 €	0,10%
Transf. Correntes e subsídios	46.271,89 €	4,14%
Outras Despesas Correntes	870,42 €	0,08%
	1.117.649,20 €	100%



Da análise da tabela conclui-se que a representatividade das despesas com o pessoal assume 49,72% das despesas de funcionamento.



Serviço da Dívida



O serviço da dívida compreende o montante suportado com os encargos financeiros (juros) e os passivos financeiros (amortizações).

	Valor		
	2015	2016	2017
Serviço da Dívida	Valor	Valor	Valor
Encargos Financeiros	3 736,88 €	1 995,97 €	1 076,98 €
Passivos Financeiros	115 021,76 €	115 640,22 €	115 977,04 €
Total	118 758,64 €	117 636,19 €	117 054,02 €

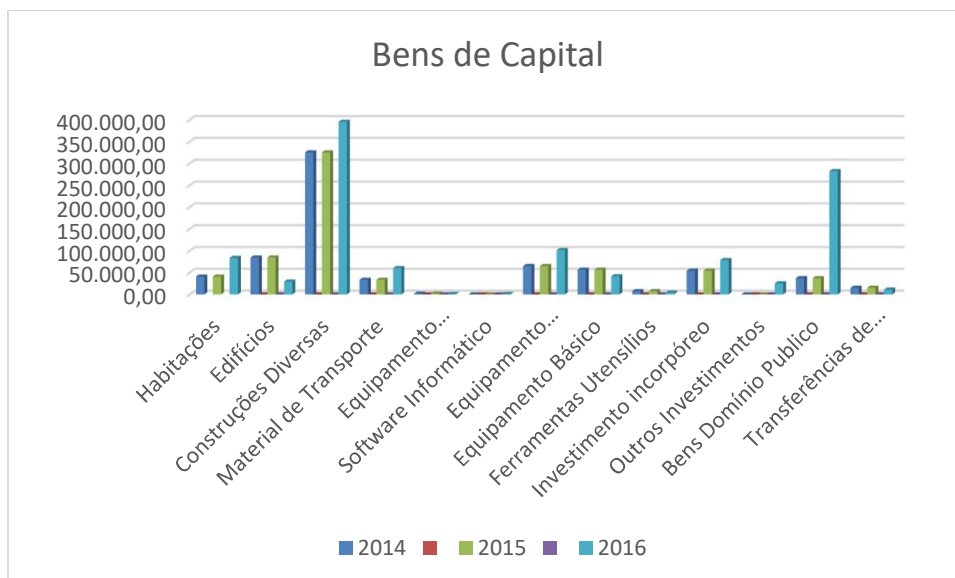
Como podemos verificar o serviço da dívida sofreu alterações em comparação com o ano anterior, devido às oscilações das taxas de juro.

Investimento municipal

O investimento apurado a partir do mapa de execução do PPI, não reflete a totalidade do investimento do município, dado que só inclui as verbas pagas.

Da análise da tabela, ressaltam os valores gastos na rubrica construções diversas que representa 25% e Bens do Domínio Público com 24 %.

No geral os bens de investimento sofreram um decréscimo de 57% relativamente ao ano anterior devido a atrasos na aprovação de projetos candidatados aos fundos comunitários que aguardam aprovação, esperando-se no próximo ano de 2018 a sua concretização.

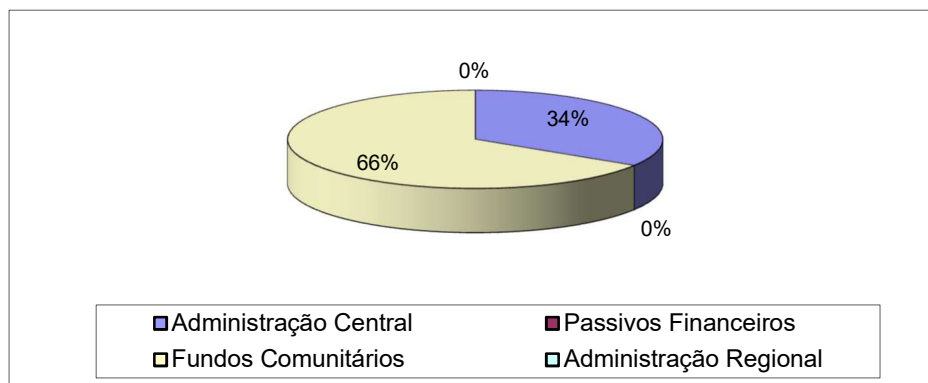


Investimento e Fontes de Financiamento

Entendem-se como principais fontes de financiamento o produto de: venda de bens de investimento; componente de capital dos fundos atribuídos ao município no âmbito da participação nos impostos do estado; fundos comunitários; recurso ao crédito; outras transferências de capital e outras receitas de capital.

Financiamento/Investimento		
Administração Central	152 075,00 €	33,96%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%
Fundos Comunitários	295 732,00 €	66,04%
Administração Regional	0,00 €	0,00%
Total	100%	447 807,00 €

De salientar que no corrente ano a maior fatia das fontes de financiamento foram das receitas advindas dos fundos comunitários (66,04%).



**Capacidade de Endividamento**

Com a entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013, de 3/9), o conceito de endividamento foi alterado, passou a ser considerado dívida total e engloba o total da dívida de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º da LFL. O limite da dívida total do município a 31 de dezembro de 2017 era € 2.103.184,39

A 31 de Dezembro de 2017 o endividamento líquido era de 21% do limite definido.

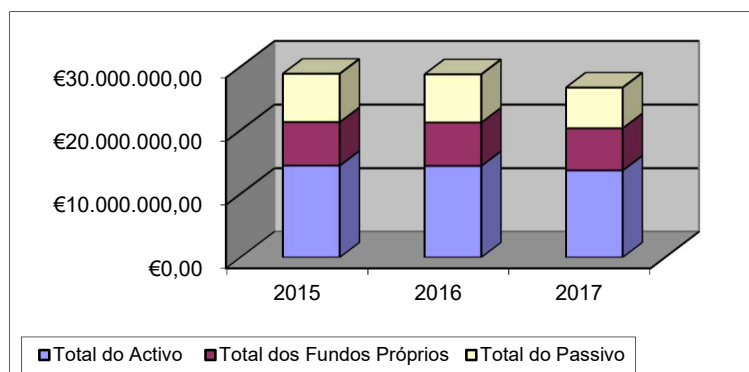
RECETAS MUNICIPAIS	líquida (3)=(1)-(2)	Observações
TOTAL DAS RECETAS CORRENTES	4.206.368,78	<i>Limite de dívida total do município, artigo 52º nº 1 da Lei nº 73/2013, de 3/9, Lei das Finanças Locais (LFL) - 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.</i>
2014	1.340.620,81	
2015	1.411.822,00	
2016	1.453.925,97	
Média da Receita Corrente dos últimos três anos	1.402.122,93	
LIMITE DE DÍVIDA TOTAL - (a)	2.103.184,39	

APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO		(€)
Designação		Montante
TOTAL DÍVIDA DO MUNICÍPIO		635.509,42
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		185.847,94
DÍVIDAS À EDP 1988		0,00
DÍVIDA A CONSIDERAR nos termos do artigo 84.º da Lei 73/2013		449.661,48
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
Limite da Dívida Total		2.103.184,39
Situação face aos limites		
	Excesso	
ENDIVIDAMENTO		
	Margem	1.653.522,91

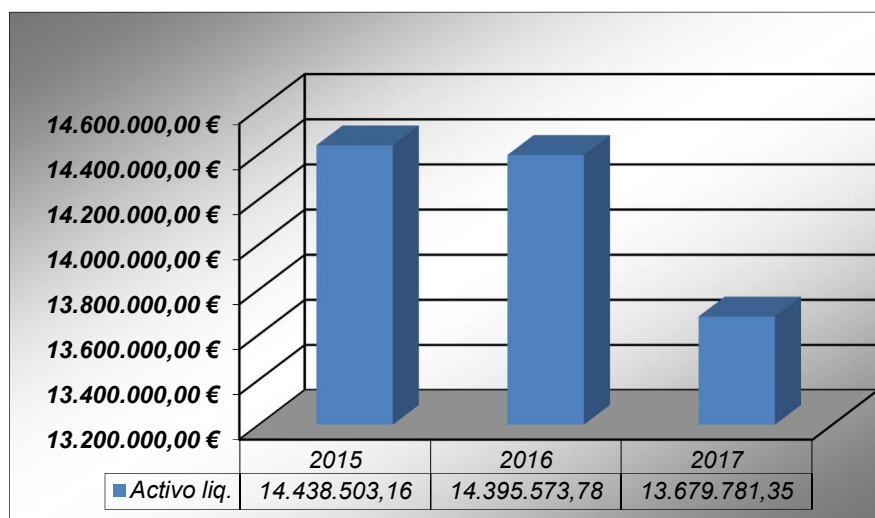
**c) Análise do Balanço:****Estrutura Patrimonial**

A Estrutura Patrimonial do Município tem apresentado um crescimento moderado nos últimos anos.

	2015	2016	2017
Total do Activo	14 438 503,16 €	14 395 573,78 €	13 679 781,35 €
Total dos Fundos Próprios	6 842 679,79 €	6 830 216,26 €	6 639 555,93 €
Total do Passivo	7 595 823,37 €	7 565 357,52 €	6 386 319,22 €

**Activo**

Em 2017 o Activo Liquido Municipal foi de 13 679 781,35 € que corresponde a um decréscimo de 715 792,43 € em relação ao ano anterior.





Ativo Líquido	Anos					
	2015		2016		2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens Domínio Público	6 084 496,36 €	42,14%	5 977 833,49 €	41,53%	5 640 843,31 €	41,23%
Imobilizações Incorpóreas	546 318,08 €	3,78%	467 276,55 €	3,25%	349 392,67 €	2,55%
Imobilizações corpóreas	6 892 514,29 €	47,74%	7 149 321,94 €	49,66%	6 960 837,85 €	50,88%
Investimentos Financeiros	106 482,56 €	0,74%	106 482,56 €	0,74%	106 482,56 €	0,78%
Existências	95 007,37 €	0,66%	101 415,79 €	0,70%	106 463,07 €	0,78%
Dividas de terceiros M/L Prazo						
Dividas de terceiros Curto Prazo	39 212,13 €	0,27%	330 662,09 €	2,30%	24 695,58 €	0,18%
Títulos Negociáveis						
Caixa e Bancos	672 294,42 €	4,66%	260 357,88 €	1,81%	486 472,32 €	3,56%
Acréscimos e Diferimentos	2 177,95 €	0,02%	2 223,48 €	0,02%	4 593,99 €	0,03%
Total	14 438 503,16 €	100%	14 395 573,78 €	100%	13 679 781,35 €	100%

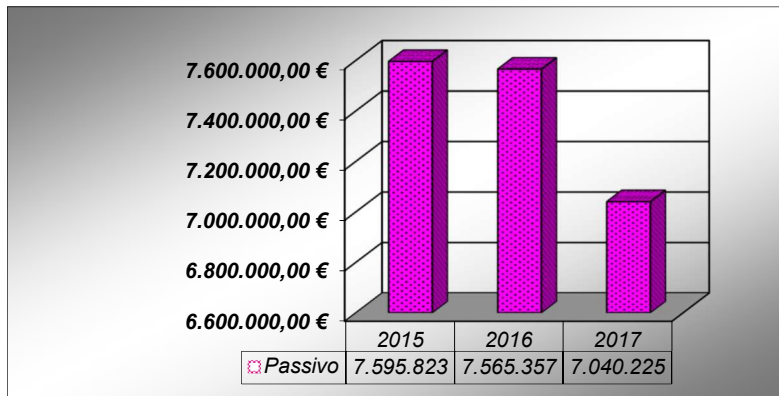
Este valor deve-se em parte ao decréscimo do montante existente em dividas de terceiros de curto prazo,(contabilização do subsidio) como se pode verificar através do mapa do ativo.

Dividas de Terceiros	Anos					
	2015		2016		2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Clientes C/C	0,00 €	0,00%	250,01 €	0,07%	250,01 €	1,01%
Utentes C/C	511,26 €	1,06%	498,27 €	0,15%	392,90 €	1,59%
Clientes e utentes cobranças duvidosas	9 087,00 €	18,81%	9 087,00 €	2,67%	0,00 €	0,00%
Estado e outros entes públicos	32 268,01 €	66,81%	34 181,81 €	10,06%	24 052,67 €	97,40%
Outros devedores	6 432,86 €	13,32%	295 732,00 €	87,04%	0,00 €	0,00%
Total	48 299,13 €	100%	339 749,09 €	100%	24 695,58 €	100%

As Dívidas de Terceiros tiveram um diminuição face ao ano anterior, que se deve em grande parte ao reembolso dos fundos comunitários recebido no decorrer do ano 2017.

**Passivo**

No final de 2017 o Passivo Municipal perfazia 7 040 225,42 €, ou seja menos 525 132,10 € do que no ano anterior, devido a um decréscimo do montante em dívida a médio e longo prazo.



PASSIVO	Anos					
	2015		2016		2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívidas a terceiros M/L prazo	856 276,01 €	11,27%	740 635,79 €	9,79%	519 806,21 €	7,38%
Dívidas a terceiros C/ prazo	99 405,04 €	1,31%	81 768,75 €	1,08%	134 099,99 €	1,90%
Acréscimos e diferimentos	6 640 142,32 €	87,42%	6 742 952,98 €	89,13%	6 386 319,22 €	90,71%
Total	7 595 823,37 €	100%	7 565 357,52 €	100%	7 040 225,42 €	100%

De referir que os valores que existem na conta de dívidas de terceiros a médio longo prazo e a curto prazo englobam a verba destinada ao Fundo de Apoio Municipal cujo valor total é de 22 282,50 € a pagar em prestações anuais de 11 141,25 €.

Dívidas a Terceiros	Anos					
	2015		2016		2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívidas a inst de credito M/L prazo	856 276,01 €	89,60%	740 635,79 €	90,06%	508 664,96 €	77,79%
Fundo Apoio Municipal MLprazo					11 141,25 €	1,70%
Fornecedores C/C	0,00 €	0,00%	291,41 €	0,04%	2 079,21 €	0,32%
Fornecedores imobilizado C/C	0,00 €	0,00%	375,57 €	0,05%	1 771,20 €	0,27%
Estado Outros Entes Públicos	5 459,40 €	0,57%	5 492,66 €	0,67%	1 883,69 €	0,29%
Outros Credores	4 818,08 €	0,50%	1 336,55 €	0,16%	1 230,85 €	0,19%
Fundo Apoio Municipal Cprazo	89 127,56 €	9,33%	74 272,56 €	9,03%	11 141,25 €	1,70%
Dívidas a inst. de credito Cprazo					115 993,79 €	17,74%
Total	955 681,05 €	100%	822 404,54 €	100%	653 906,20 €	100%



Pagamentos em Atraso – Assunção de compromissos

Tendo em conta o estipulado na Lei de Assunção de Compromissos (Lei nº 8/2012, de 21/02), sobre os pagamentos em atraso e a assunção de compromissos, verifica-se pelo mapa que o município cumpriu com a legislação imposta.

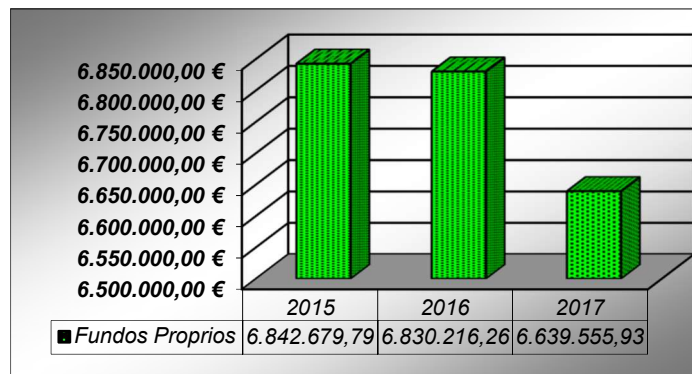
A 31 de Dezembro de 2017 não existia pagamentos em atraso. Os compromissos por pagar representam o valor de € 955.018,35.

Dezembro 2017	Total acumulado
Transferências ou subsídios com origem no OE	1 935 345,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	434 017,17
Previsão da receita efetiva própria	6 620,43
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei	0,00
Transferências do QREN ainda não efetuadas	0,00
<i>Correções por recebimento efetivo</i>	0,00
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º	0,00
De receitas gerais	0,00
De receitas próprias	0,00
De empréstimos	0,00
De aplicação de saldos de gerência ou de activos financeiros	253 528,67
<i>Correções de receitas gerais</i>	0,00
<i>Correções de receitas próprias</i>	0,00
<i>Correções de empréstimos</i>	0,00
Subtotal	2 629 511,27
Compromissos assumidos	2 089 547,27
Pagamentos	1 134 528,92
Compromissos assumidos por pagar	955 018,35
Fundos Disponíveis	539 964,00



Fundos Próprios

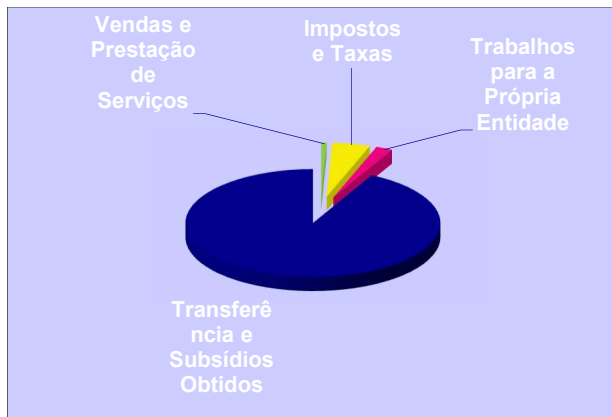
O decréscimo dos fundos próprios, no exercício de 2017, deve-se ao facto do Resultado Líquido do exercício ser de valor negativo no montante de – 190 660,33€, influenciado pelo aumento dos custos com amortizações, resultantes das taxas de amortização relativas a certos bens, serem por lei bastante elevadas.



Fundos Próprios	Anos					
	2015		2016		2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Património	2 280 461,24 €	33,33%	2 777 268,05 €	40,66%	2 777 268,05 €	41,83%
Reservas Legais	4 065 411,74 €	59,41%	4 065 411,74 €	59,52%	4 052 948,21 €	61,04%
Reservas Livres	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Resultado Líquido	496 806,81 €	7,26%	-12 463,53 €	-0,18%	-190 660,33 €	-2,87%
Total	6 842 679,79 €	100%	6 830 216,26 €	100%	6 639 555,93 €	100%

d) Análise da Demonstração de Resultados por Natureza:**Proveitos e Ganhos Operacionais**

Em 2017 os proveitos operacionais tiveram um aumento de cerca 7,25% em relação ao ano anterior.

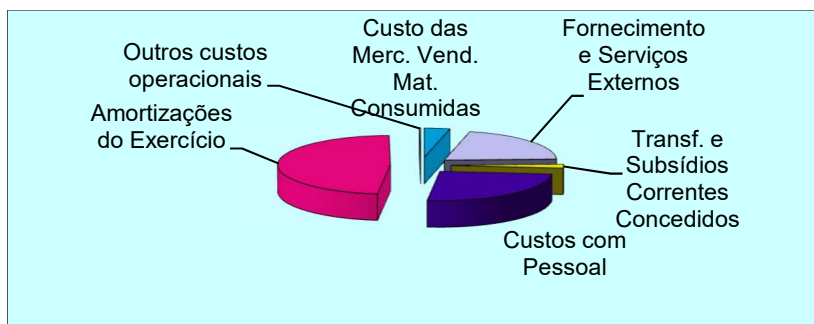


Proveitos e Ganhos Operacionais	Anos		
	2015	2016	2017
	Valor	Valor	Valor
Vendas e Prestação de Serviços	10 643,26 €	10 887,43 €	11 703,84 €
Impostos e Taxas	26 218,65 €	24 770,93 €	82 186,21 €
Trabalhos para a Própria Entidade	45 607,28 €	15 147,46 €	35 990,15 €
Transferência e Subsídios Obtidos	1 506 980,44 €	1 526 974,80 €	1 571 275,46 €
Total	1 589 449,63 €	1 577 780,62 €	1 701 155,66 €

Dos proveitos e ganhos operacionais destacam-se por ordem de grandeza as transferências e subsídios obtidos, que correspondem a cerca de 92% do total dos proveitos operacionais e que dizem respeito aos subsídios recebidos pela administração central e regional.

Custos Operacionais

Os custos e perdas operacionais suportados pelo município do Corvo em 2017 totalizaram 2 212 652,85 €.

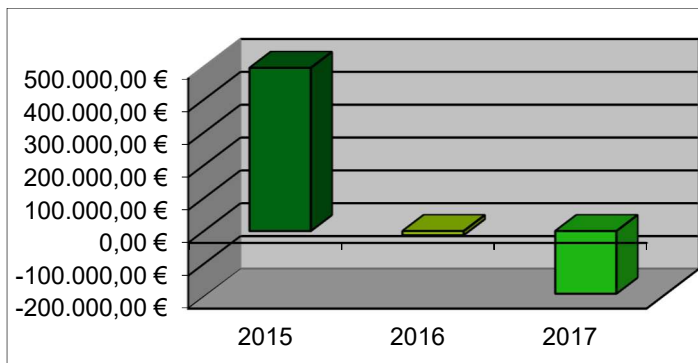


	Anos		
	2015	2016	2017
Custos e Perdas Operacionais	Valor	Valor	Valor
Custo das Merc. Vend. Mat. Consumidas	78 954,22 €	52 152,54 €	81 240,75 €
Fornecimento e Serviços Externos	335 818,10 €	405 682,88 €	458 572,34 €
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos	21 947,42 €	55 126,06 €	46 271,89 €
Custos com Pessoal	482 363,84 €	489 704,04 €	560 430,68 €
Amortizações do Exercício	566 466,28 €	997 622,32 €	1 061 881,60 €
Outros custos operacionais	0,00 €	0,00 €	4 255,59 €
Total	1 485 549,86 €	2 000 287,84 €	2 212 652,85 €

Os custos com amortizações do exercício representam cerca de 48% dos custos e perdas operacionais, seguido dos custos com pessoal com cerca de 25% e fornecimentos e serviços externos com cerca de 21%.

Análise dos Resultados Líquidos

O resultado líquido do exercício teve um decréscimo relativo ao ano anterior atendendo que no corrente ano o resultado é mais negativo, como se pode verificar pela tabela abaixo. Isto deve se, fundamentalmente, ao valor das amortizações dos ativos incorpóreos.



Análise da Demonstração de Resultados por Funções

Rubricas	Anos		
	2015	2016	2017
Proveitos Operacionais	1 589 449,63 €	1 577 780,62 €	1 701 173,56 €
Custos Operacionais	1 494 636,86 €	2 000 287,84 €	2 212 652,85 €
Resultados Operacionais	94 812,77 €	-422 507,22 €	-511 479,29 €
Resultados Financeiros	3 282,62 €	19 769,61 €	19 765,20 €
Resultados Correntes	98 095,39 €	-402 737,61 €	-491 714,09 €
Resultados Extraordinários	398 741,42 €	390 274,08 €	301 053,76 €
Resultados Líquidos	496 806,81 €	-12 463,53 €	-190 660,33 €

Da observação da tabela salienta-se o facto dos resultados operacionais serem de valor negativo, facto que está a influenciar negativamente os resultados líquidos do exercício.

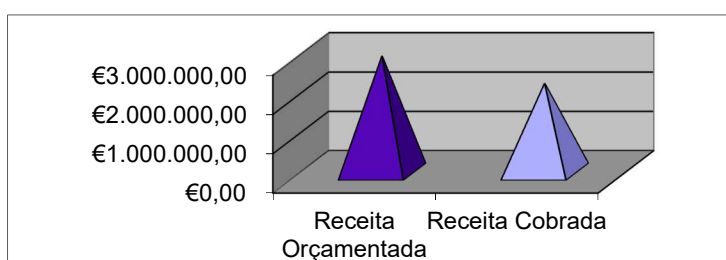
e) Análise da Execução Orçamental:

A análise da execução orçamental de 2017 é feita comparando a sua evolução aos últimos três anos.

Análise da receita

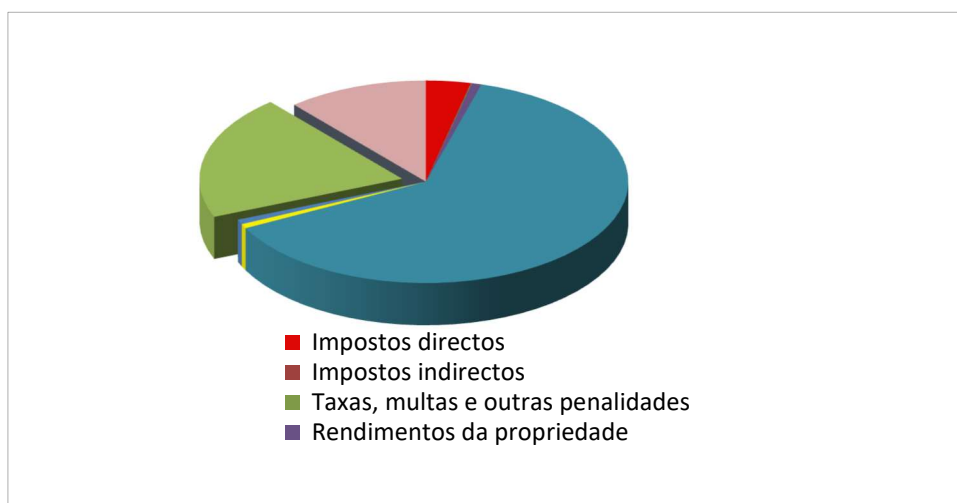
Receita Orçamentada – 2 952 071,00 €

Receita Cobrada – 2 253 990,46 €



As receitas cobradas relativamente ao total da receita prevista correspondem a uma taxa de execução de 76,35%.

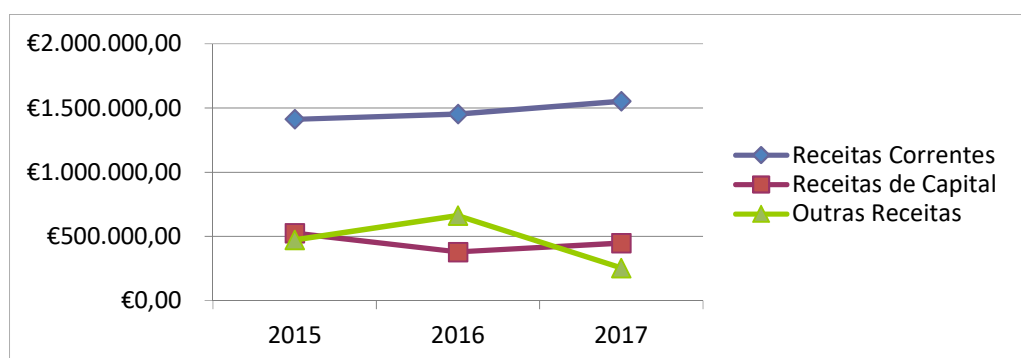
Receita Cobrada em 2017		
01	Impostos directos	80 689,72 €
02	Impostos indirectos	- €
04	Taxas, multas e outras penalidades	1 496,49 €
05	Rendimentos da propriedade	17 837,17 €
06	Transferências correntes	1 419 200,46 €
07	Venda de bens e serviços correntes	15 802,94 €
08	Outras receitas correntes	17 217,35 €
09	Venda de bens de investimento	- €
10	Transferências de capital	447 807,00 €
11	Activos financeiros	- €
12	Passivos financeiros	- €
13	Outras receitas de capital	- €
15	Reposições não abatidas nos pag.	411,33 €
16	Saldo da gerência anterior	253 528,00 €
		2 253 990,46 €



Evolução da Receita

As receitas em 2017 totalizaram 2 253 990,46 €, sendo 1 552 244,13 € (69%) de receitas correntes e 447 807,00 € (20%) de receitas de capital.

	Receitas		
	2015	2016	2017
Receitas Correntes	1 411 822,00 €	1 453 925,97 €	1 552 244,13 €
Receitas de Capital	525 553,12 €	379 243,29 €	447 807,00 €
Outras Receitas	471 905,00 €	662 033,50 €	253 939,33 €
Receitas Totais	2 409 280,12 €	2 495 202,76 €	2 253 990,46 €

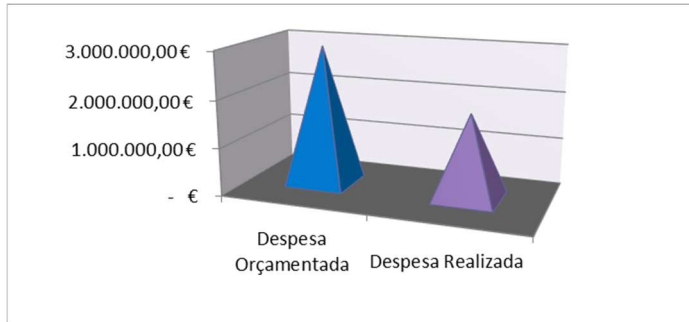


Da análise do gráfico pode-se concluir que a totalidade da receita teve uma diminuição de 10% relativamente ao ano anterior. As receitas correntes tiveram um acréscimo de 2,98%, e as de capital tiveram um acréscimo, face ao ano anterior de cerca de 18%. Ou seja, se não entrarmos em linha de conta com o saldo de gerência, podemos concluir que o Total das Receitas cresceu em 2017, face ao ano anterior, cerca de 9,12%.

Análise da Despesa

Despesa Orçamentada – 2 952 071,00 €

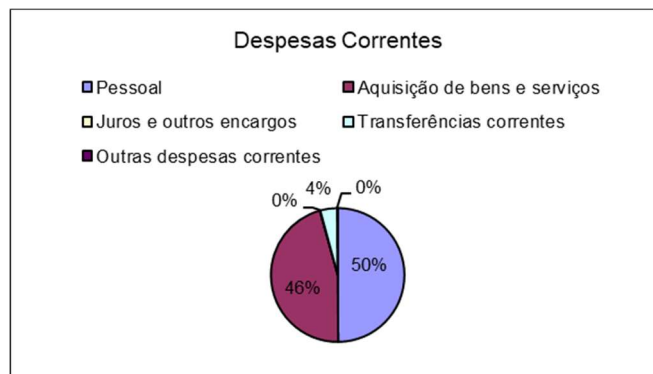
Despesa Realizada – 1 770 633,35 €



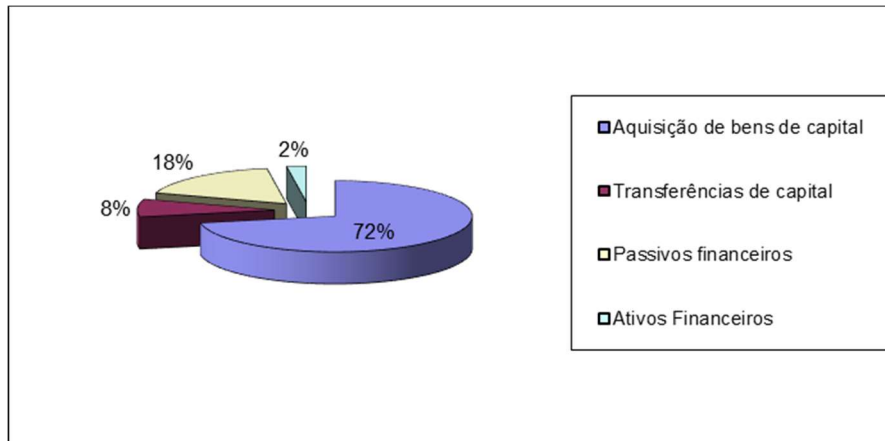
O grau de execução das despesas situando-se nos 59,98%.

Despesas Correntes	1.117.649,20 €	63,12%
Despesas de Capital	652.984,15 €	36,88%
Despesas Totais	1.770.633,35 €	100%

O total dos pagamentos efetuados em 2017 foi de 1 770 633,35 €, sendo 1 117 649,20 € (63,12%) de despesas correntes e 652 984,15 € (36,88%) de despesas de capital.

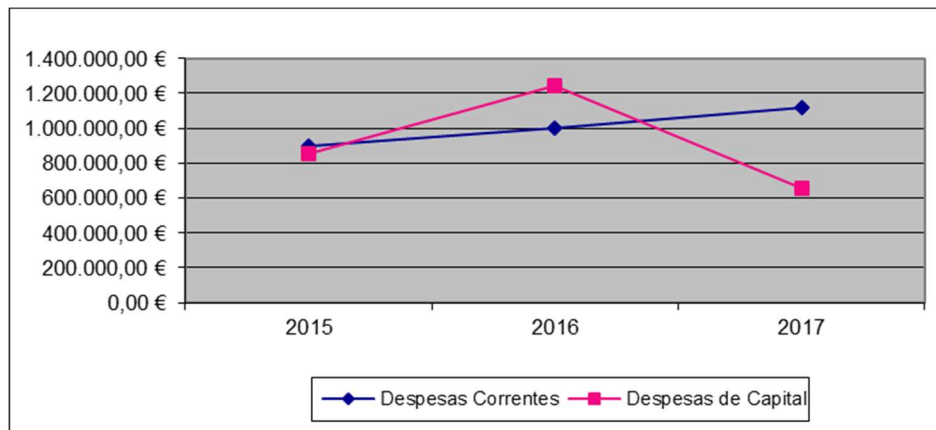


DESPESAS CORRENTES	
Pessoal	557.521,48 €
Aquisição de bens e serviços	511.908,43 €
Juros e outros encargos	1.076,98 €
Transferências correntes	46.271,89 €
Outras despesas correntes	870,42 €
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	1.117.649,20 €



Despesas de Capital	
Aquisição de bens de capital	469.404,46 €
Transferências de capital	52.747,65 €
Passivos financeiros	115.977,04 €
Ativos Financeiros	14.855,00 €
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	652.984,15 €

	Evolução das Despesas		
	2015	2016	2017
Despesas Correntes	896.007,93 €	996.716,06 €	1.117.649,20 €
Despesas de Capital	851.256,01 €	1.244.958,97 €	652.984,15 €
Despesas Totais	1.747.263,94 €	2.241.675,03 €	1.770.633,35 €



As despesas correntes sofreram um aumento de 22 % relativo ao ano anterior e de 36% comparado com o ano de 2015.

As despesas de capital apresentam uma diminuição de 17% relativamente ao ano anterior e um acréscimo de 21% relativamente a 2015, tal facto deve-se à execução de vários projetos de investimento em curso.



Análise das Receitas e das Despesas – Rácios

Seguidamente apresentam-se alguns rácios comparativos na ótica da classificação orçamental.

RACIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA (%)

Rácios	2015	2016	2017
1-Receitas Próprias/Receita Total	3%	4%	6%
2-Impostos Directos/Receita total	1,23%	1,29%	3,58%
3-FSM+PIRS+FEF/Receita Total	73%	82%	66%
4-Impostos Directos/Receita Corrente	2%	2%	6%
5-Venda de Bens e Serv. /Receita Corrente	1%	1%	1%
6-Receitas Correntes/Receita Total	69%	79%	65%
7-Receita de Capital/Receita Total	34%	21%	17%
8-Transferencias Exterior/Receita Total	21%	96%	83%

Notas Explicativas

1. As receitas próprias mantiveram-se ao mesmo nível do ano anterior.
2. O peso dos impostos diretos nas receitas do município aumentou 2% no corrente ano.
3. As transferências dos fundos municipais tiveram em 2017 um peso nas receitas orçamentais inferior ao verificado no ano anterior.
4. O peso dos impostos diretos no total das receitas aumentou para 6%.
5. A venda de bens e serviços manteve-se ao mesmo nível do ano transato.
6. No valor global das receitas arrecadadas pelo Município no corrente ano, 65% são receitas correntes.
7. As receitas de capital correspondem a 17% das receitas municipais, apresentando um decréscimo face ao ano anterior.
8. O peso das transferências do exterior no total das receitas do Município é de 83%.

RACIOS DA ESTRUTURA DA DESPESA (%)

Rácios	2015	2016	2017
1- Pessoal/Despesas Correntes	54%	49%	50%
2-Aq. Bens e Serviços/Despesas Correntes	43%	45%	46%
3-Investimentos/Despesa de Capital	83%	89%	82%
4-Passivos Financeiros/Despesa de Capital	14%	9%	11%
5-Despesas Correntes/Despesas Totais	51%	44%	54%
6- Despesas de Capital/Despesas Totais	49%	56%	46%

Notas Explicativas



1. O peso que as despesas com pessoal tiveram um acréscimo relativamente ao ano anterior.
2. A aquisição de bens e serviços aumentou em relação ao total das despesas correntes.
3. Comparativamente ao ano anterior verificou-se uma diminuição nos investimentos em relação ao total das despesas de capital, representando 82% das despesas de capital.
4. Os encargos com as amortizações de empréstimos aumentaram, influenciados pelas sucessivas variações das taxas de juros.
5. As despesas correntes aumentaram representando 54% das despesas totais.
6. Nas despesas de capital verifica-se uma diminuição face ao ano anterior.

Execução das Grandes Opções do Plano

Na execução das Grandes Opções do Plano anexas a este relatório, pode verificar-se a execução financeira real de cada projeto à data de 31 de Dezembro de 2017, referindo-se aqui apenas os valores programados e executados.

Execução das Grandes Opções do Plano

	Previsto	Realizado	%
Administração Geral	207 500,00 €	129 420,36 €	62,37%
Ação Social	18 000,00 €	17 747,65 €	98,60%
Ordenamento do Território	116 700,00 €	42 581,46 €	36,49%
Saneamento	192 000,00 €	85 207,50 €	44,38%
Abast. de Água	34 200,00 €	30 753,98 €	89,92%
Resíduos Sólidos	5 000,00 €	2 298,85 €	45,98%
Protecção do Meio Amb. e conserv. da Natureza	1 000,00 €	0,00 €	0,00%
Cultura	185 400,00 €	61 194,60 €	33,01%
Desporto, Recreio e Lazer	20 100,00	11 966,06 €	59,53%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	35 000,00	35 000,00 €	100,00%
Indústria e Energia	272 400,00	35 675,73 €	13,10%
Transportes Rodoviários	445 940,00 €	69 826,42 €	15,66%
Comércio e Turismo	2 000,00 €	479,50 €	23,98%
Operações da Dívida da Autarquia	118 000,00 €	116 860,32 €	99,03%
Fundo Apoio Municipal	14 855,00 €	14 855,00 €	100,00%
Total	1 668 095,00 €	653 867,43 €	39,20%

Como se pode constatar pela tabela acima o grau de execução fixou-se nos 39% ficando um pouco abaixo das expectativas iniciais, mas demonstrando uma boa execução financeira dos projetos inicialmente previstos para o ano de 2017.



Composição dos órgãos do Município

Assembleia Municipal para o Quadriénio de 2013-2017

Manuel das Pedras Rita – *Presidente da Assembleia Municipal*

Lubélio de Fraga Mendonça – *1º Secretário da Assembleia Municipal*

Maria da Conceição Lourenço de Fraga Mendes - *2ª Secretária da Assembleia Municipal*

Deputados Municipais:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Manuel das Pedras Rita

Patrícia Manuela Mendes Emílio

Maria da Conceição de Fraga Mendes

João de Brito Mendonça Xavier

Ângela Marie Valadão

Lubélio de Fraga Mendonça

Maria José Mendonça de Fraga Pimentel Ferreira

Joe Valadão Rego

Aida Freitas Felicidade

Grupo Municipal do Partido Social Democrata

Maria de Fátima Alves

Sara Sousa

Rogério Rodrigues

Aurélio Emílio Hilário

João Manuel Pedras

Orlando Mendes Emílio

Câmara Municipal para o Quadriénio de 2013-2017

José Manuel Alves da Silva – *Presidente da Câmara Municipal*

Óscar Manuel Valentim Rocha – *Vice-Presidente da Câmara Municipal*

Ashley Maria Domingos – *Vereadora*

José Manuel Avelar Nunes – *Vereador*

Fábio Nuno Freitas Fraga – *Vereador*

Maria de Fátima Mendes Emílio Mendonça - *Vereadora*



Assembleia Municipal para o Quadriénio de 2017-2021

Ashley Maria Domingos – *Presidente da Assembleia Municipal*

Angela Marie Valadão – *1º Secretário da Assembleia Municipal*

Diogo Valadão Vieira - *2ª Secretária da Assembleia Municipal*

Grupo Municipal do Partido Socialista

Antonio André Pimentel

Patrícia Manuela Mendes Emílio

Maria da Conceição de Fraga Mendes

João de Brito Mendonça Xavier

José Maria de Fraga

Ashley Maria Domingos

Angela Marie Valadão

Diogo Valadão Vieira

Grupo Municipal do Partido Social Democrata

Hugo Nascimento Nunes Andrade

Marta Sofia Lopes Cardoso Leitão

Orlando Mendes Emílio

Deolinda Rosa Machado Vieira Estêvão

José Inácio de Fraga

Sónia Sofia Lopes de Andrade Pedras

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Câmara Municipal para o Quadriénio de 2017-2021

José Manuel Alves da Silva – *Presidente da Câmara Municipal*

Óscar Manuel Valentim Rocha – *Vice-Presidente da Câmara Municipal*

Kathleen Rita – *Vereadora*

Joe Valadão Rego – *Vereador*

José Manuel Avelar Nunes – *Vereador*